



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR – pmas@onda.com.br

LEI Nº 2.394/2017

Publicado.(#) **ED. 1504** no

Jornal **Castelão** nº 10, de 20/10/2017

dia **20** / **10** / **2017** páginas **2 a 4**

Diário Eletrônico
Fabio Ap. Lemes

SUMULA: Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado a microempresa e a empresa de pequeno porte no âmbito do Município, na conformidade das normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar (Federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações.

A CAMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO SUL, ESTADO DO PARANA, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei complementar estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado a microempresa - ME e a empresa de pequeno porte - EPP no âmbito do Município de Alvorada do Sul, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar (federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente sobre:

I - definição de microempresa ME,


microempreendedor individual MEI e empresa de pequeno porte - EPP;

II - simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (43) 661-1177 –Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

III – benefícios fiscais municipais dispensados à microempresa e à empresa de pequeno porte;

IV – preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;

V – incentivo à geração de empregos;

VI – incentivo formalização de empreendimentos; à

VII – incentivos à inovação e ao associativismo.

§1º Todos os órgãos da administração pública municipal direta e indireta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município, deverão incorporar em sua política de atuação e em seus procedimentos, bem como nos instrumentos em que forem partes, tais como ajustes públicos, convênios e contratos, o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos desta lei.


§2º Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento, observando-se o seguinte (LC federal 123/2006, art. 1º, §§ 3º a 6º, na redação dada pela LC 147, de 2014, art. 1º):

I – quando forem necessários procedimentos adicionais, deverá constar prazo máximo, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR –  : pmas@onda.com.br

e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação;

II - caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização;

III - a ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§3º Exceto no que se refere ao Capítulo IV, o disposto nesta lei aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município, que tenham auferido receita bruta anual até o limite previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte (LC federal 123/2006, art. 3-A, acrescentado pela LC 147/2014).

Art. 2º - Aplicam-se subsidiariamente à microempresa - ME e à empresa de pequeno porte - EPP sediadas no Município, no que não conflitar com esta lei, as disposições da Lei Complementar (federal) nº 123, de 14/12/2006, e, desde que obedecida a competência outorgada pela referida lei complementar (LC federal nº 123/2006, art. 2º):

I - as regras de caráter tributário baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comitê Gestor) instituído pelo artigo 2º, I, da Lei Complementar (federal) nº 123/2006;

II - as disposições relativas a processo de inscrição, cadastro, abertura, alvará, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registro e demais itens



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR— e-mail: pmas@onda.com.br

referentes à abertura, legalização e funcionamento de empresários e de pessoas jurídicas baixadas pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Comitê CGSIM) instituído pelo artigo 2º, III, da Lei Complementar (federal) nº 123/2006.

Art. 3º Para gerir no âmbito do município o tratamento diferenciado e favorecido dispensado à microempresa e a empresa de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, fica instituído o Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:

I - Acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Município, inclusive promovendo medidas de integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

II - orientar e assessorar a formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte;

III - Acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Fórum Estadual da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Comitê CGSIM);


IV - Sugerir e/ou promover ações de apoio ao desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte local ou regional.

§1º O Comitê Gestor Municipal atuará junto ao gabinete do Prefeito Municipal e será integrado por entidades da sociedade civil vinculadas ao setor e por representantes das Secretarias Municipais, conforme indicação do Sr. Prefeito Municipal, que também indicará seu coordenador.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Pra.,a Pres. Castelo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

§2º No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor desta lei os membros do Comitê Gestor Municipal deverão ser definidos e indicados em decreto do executivo e no prazo de mais 30 (trinta) dias o Comitê elaborará seu regimento interno.

§3º No regimento interno deverá ser definida a Secretaria Executiva.

§4º A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

§5º Caberá a decreto do executivo a indicação do Agente de Desenvolvimento, de que trata o artigo 85-A da Lei Complementar 123/2006, na redação da Lei Complementar 128/2008.

§6º O Agente de Desenvolvimento de que trata o parágrafo anterior:

I - terá sua função especificada no decreto de nomeação, de conformidade com as ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional previstas nesta lei e na Lei Complementar 123/2006;

II - deverá preencher os seguintes requisitos:

a) residir no município;

b) haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;

c) possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida;

d) ser servidor efetivo do Município.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - Fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

CAPITULO II

DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 4º Para os efeitos desta Lei são adotadas as definições de microempresa; empresa de pequeno porte; pequeno empresário e microempreendedor individual - MEI previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar (federal) nº 123/2006, e suas atualizações, nos seguintes dispositivos:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte, artigo 3º da referida lei complementar;

II - pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto no artigo 970 e no § 2º do artigo 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), artigo 68, da referida lei complementar;

III - microempreendedor individual - MEI, § 1º do artigo 18-A da referida lei complementar.

§1º O destaque dado ao pequeno empresário e ao microempreendedor Individual- MEI nos incisos II e III deste artigo é feita para fins de aplicação de

determinadas e específicas disposições desta lei, não se alterando o fato de que ambos os termos estão abrangidos pela definição de microempresa, e, portanto, não perdem nenhum direito ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado à microempresa - ME e à empresa de pequeno porte - EPP.


§2º O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária, sendo vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica (LC 123/2006, art. 18-E, na redação da LC 147/2014).

CAPITULO III



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32—Fone: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—  pmas@onda.com.br

INSCRIÇÃO E BAIXA

Seção I

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO

Art. 5º Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o alvará de licença, que atestará as condições do estabelecimento concernentes à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, à garantia do cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas, observado o seguinte:

I - quando o grau de risco da atividade for baixo, conforme definido em regulamento, será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, fazendo-se as fiscalizações "a posteriori" (LC federal nº 123/2006, art. 7º);

II - sendo o grau de risco da atividade considerado alto, a licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações

consubstanciadas no alvará, decorrente das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas suas zonas urbana e rural, mediante o recolhimento da respectiva taxa (LC federal nº 123/2006, art. 6º, §§ 1º e 2º).


§1º Na hipótese do inciso I do "caput" deste artigo:

I - Considera-se ato de registro aquele que corresponder ao protocolo do pedido com a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, conforme dispuser o regulamento;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR –  : pmas@onda.com.br

II - Deverão ser respeitadas as condições abaixo especificadas:

a) o Alvará de Funcionamento Provisório será acompanhado de **Informações** concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio, vigentes no Município;

b) a emissão do Alvará de Funcionamento Provisório dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, pelo qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar, no prazo indicado, os requisitos de que trata o inciso anterior;

c) a classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou **a** pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável e não será impeditivo da inscrição fiscal (LC 123/2006, art. 6º, §§ 4º e 5º, na redação da LC 147/2014);

d) a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada **a** apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou de exigências no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§2º Considerando a hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será de ofício, não sendo emitida a licença de autorização de funcionamento ou laudo de exigências no prazo de 60 (sessenta) dias da solicitação do registro.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Prece Pres. Castelo Branco, 32 - fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

§3º O Poder Executivo definirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria previa.

§4º Definidas as atividades de alto risco, todas as demais serão consideradas de baixo risco.

§5º Não sendo definidas as atividades de alto risco pelo Poder Executivo e enquanto permanecer a omissão, aplica-se ao município a relação de atividades de alto risco baixada em Resolução do Comitê da REDESIM.

§6º As atividades eventuais, tais como, feiras, festas, circos, bem como de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, não estão abrangidas por este artigo, devendo ser aplicada a legislação específica.

§7º É obrigatória a fixação, em local visível e acessível a fiscalização, do alvará de licença para localização.

§8º Será exigida renovação de licença para localização sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Art.6º O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente cassado quando:

I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela autorizada;

II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - Fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

III - ocorrer reincidência de infrações as posturas municipais;

IV - for constatada irregularidade não passível de regularização.

V - for verificada a falta de recolhimento das taxas de licença de localização e funcionamento

Art. 7º O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente declarado nulo quando:

I -- expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

II - ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, documento ou não cumprimento do termo de responsabilidade firmado.

Art. 8º A interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do Alvará de Funcionamento Provisório competem ao titular da Secretaria ou mediante solicitação de órgão ou entidade diretamente interessado.

Art. 9º O Poder Público Municipal poderá fundamentadamente impor restrições as atividades dos

estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 10 Após o ato de registro e seu respectivo acolhimento pela Prefeitura do Município, fica o requerente dispensado de formalização de qualquer outro procedimento administrativo para obtenção do Alvará de Funcionamento Definitivo, devendo as Secretarias interessadas processar o procedimento administrativo de forma única e integrada.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR—E-mail: pmas@onda.com.br

SEC;AO II

CONSULTA PREVIA

Art. 11 Fica assegurado, de forma gratuita, ao empresário ou a pessoa jurídica, pesquisas prévias as etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa dos empreendimentos, de modo a prover ao usuário certeza quanto a documentação exigível e quanto a viabilidade do registro ou inscrição do seu negócio, nos termos do regulamento (LC federal nº 123/2006, art. 5º, parágrafo único).

Parágrafo único. A consulta previa informará ao interessado:

I - a descrição oficial do endereço de seu interesse com a possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

II - todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

Art. 12 O órgão municipal competente dará resposta a consulta previa num prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço do requerente, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade solicitada.

Seção III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Subseção I

CNAE - FISCAL

Art. 13 Fica adotada, para utilização no cadastro e nos registros administrativos do Município, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE - Fiscal),



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - Fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA nº 1, de 25 de junho de 1998, e atualizações posteriores.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Administração, através do seu Núcleo de Processamento de Dados, zelar pela uniformidade e consistência das informações da CNAE - Fiscal, no âmbito do Município.

Subseção II

ENTRADA ÚNICA DE DADOS/SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 14 Será assegurada ao contribuinte entrada única de dados cadastrais e de documentos, observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que compartilham das informações cadastrais (LC federal nº 123/2006, art. 8º).

Art. 15 Para atender o disposto no artigo anterior e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes competências (LC federal nº 123/2006, art. 5º):

I - disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e à lavagem de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;

II - emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

III - orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento bem como situação fiscal e tributária das empresas;

IV - outras atribuições fixadas nesta própria lei e em regulamentos.

§1º Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - Fone: (03) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

§2º Em até cento e oitenta dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, o Poder Executivo deverá implantar e regulamentar a Sala do Empreendedor.

Subseção III

Microempreendedor Individual - MEI

Art. 16 Em relação ao Microempreendedor Individual - MEI de que trata o inciso III do artigo 4º desta Lei Complementar (LC federal nº 123/2008, art. 4º, §§ 1º a 3º, e art. 7º, na redação da LC 128/2008 e LC 147/2014):

I - o processo de registro deverá ter tramite especial, opcional para o empreendedor, obedecido o disposto nas normas baixadas pelo Comitê CGSIM;

II - ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos referentes a atos de abertura, inscrição, registro, alterações, baixa, concessão de alvará, de licença, arquivamento, permissões, autorizações e cadastro;

III - as vistorias necessárias à emissão de licenças e de autorizações de funcionamento deverão ser realizadas após o início de operação da atividade do Microempreendedor Individual, quando a sua atividade não for considerada de alto risco, inclusive as de interesse dos órgãos fazendários;

IV - nenhum documento adicional aos requeridos por ato do Comitê CGSIM, no processo de registro,



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praca Pres. Castelo Branco, 32—fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

inscri9ao, altera9ao, anula9ao e baixa eletronica do MEI será exigido para Inscri9ao tributária e concessao de alvara e licen9a de funcionamento;

V - fica isento de taxas e outros valores relativos a fiscaliza9ao da vigilância sanitária municipal.

Paragrafo Unico - O Executive instituirá, por meio do Comite Gestor, programa de formaliza9ao do Microempreendedor Individual (MEI), envolvendo entidades

de interesse da sociedade civil organizada, com o objetivo de incentivar a legaliza9ao de negócios informais de pequeno porte, inclusive prevendo açao que viabilize o acompanhamento tecnico-contabil, planejamento e assessoramento empresarial de forma gratuita para o MEI, no minimo, no primeiro ano de sua formaliza9ao.

Subse9ao IV Outras

Disposi9oes

Art. 17 Os 6rgaos e entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas devem:

I - articular as competencias próprias entre si e com os 6rgaos e entidades estaduais e federais com o objetivo de compatibilizar e integrar seus procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigencias e garantir a linearidade do processo (LC federal n° 123/2006, art. 4°);


II - adotar os procedimentos que tratam do processo de registro e de legaliza9ao de empresarios e de pessoas juridicas oriundos do Comite CGSIM (LC federal n° 123/2006, art. 2°, III, e § 7°, na redse9ao da LC federal n° 128/2008).

§1° Para a garantia dos procedimentos simplificados previstos neste artigo, os 6rgaos e entidades municipais



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

de que trata o "caput" terá como objetivo a priorização do desenvolvimento dos sistemas necessários à integração com módulo integrador estadual da REDESIM, bem como com os demais instrumentos elaborados pelo Estado, tal como com o Portal do Empreendedor Paranaense;

§2º Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, dentre outros, para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgãos do Município, no âmbito de suas competências (LC federal 123/2006, art. 6º).

§3º - A Administração Municipal adotará documento único de arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde.

§4º Fica vedada, aos órgãos e entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento (LC federal 123/2006, art. 10):

I - excetuados os casos de autorização prévia, a exigência de quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II - a exigência de documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado;


III - a comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus

órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR –  : pmas@onda.com.br

empresa, bem como para autenticação de instrumento de escritura.

IV – a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa (LC federal nº 123/2006, art. 11).

Art. 18 Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, o Poder Executivo também regulamentará a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório para microempresa ou empresa de pequeno porte, que permitira o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, nas seguintes situações (LC federal 123/2006, art. 7º, na redação da LC 147/2014):

I – instaladas em área ou edificação desprovidas de regularização fundiária e imobiliária, inclusive habite-se;

II – em residência do Microempreendedor Individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas, hipótese em que o tributo eventualmente cobrado não será superior ao residencial.

CAPÍTULO IV TRIBUTOS E

CONTRIBUIÇÕES SEÇÃO I

Da Recepção na Legislação Municipal do SIMPLES NACIONAL

Art. 19 Fica recepcionada na legislação tributária do Município o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional – instituído



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praca Pres. Castelo Branco, 32 -Fon: (43) 661-1177 -Alvorada do Sul, PR-  : pmas@onda.com.br

pela Lei Complementar (federal) n° 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente as regras relativas (LC federal n° 123, art. 12 a 41, na redaçao das LC federais 128/2008, 133/2009, e 139/2011):

I - a definicao de microempresa e empresa de pequeno porte, abrangencia, vedacoes ao regime, forma de opcao e hipoteses de exclusoes;

II - as aliquotas, base de calculo, apuracao, recolhimento dos impostos e contribuicoes e repasse ao erario do produto da arrecadacao;

III -- as obrigacoes **fiscais** acessorias, fiscalizacao, processo administrativo-fiscal e processo judiciario pertinente;

IV - as normas relativas aos acrescimos legais, juros e multa de mora e de oficio, previstos pela legislaao federal do Imposto de Renda e imposicao de penalidades;

V - ao Microempreendedor Individual - MEI.

§1° Relativamente ao Simples Nacional recepcionado nos termos do "caput" deste artigo, para o recolhimento do Imposto sobre Servicos (ISS) devido pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas em seu territorio e efetivacao do disposto nos incisos deste artigo, aplicam-se no Municipio as normas baixadas pelo Comite Gestor de Tributaao das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - CGSN (Comite Gestor), instituido pela Lei Complementar federal 123/3006, desde que obedecida a competencia que lhe e outorgada pela referida lei complementar.

§2° - O recolhimento do tributo no regime de que trata este artigo, nao se aplica as seguintes incidencias do ISS, em relacao as quais sera observada a legislaao



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fon: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

aplicavel as demais pessoas juridicas (LC federal, art. 13,§ 1º, XIV):

I - em rela9ao aos servi9os sujeitos a substitui9ao tributaria ou reten9ao na fonte;

II - na importa9ao de servi9os.

Art. 20 - Podera o Municipio, mediante delibera9ao exclusiva e unilateral e, inclusive de modo diferenciado para cada ramo de atividade, conceder redu9ao do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, hip6tese em que sera realizada redu9ao proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, relativo ao regime previsto neste artigo, na forma definida em resolu9ao do Comitê Gestor (LC federal nº 123, art. 18, §§ 20, 20-A e 21) .

Art. 21 As aliquotas do Impasto sobre Servi9os das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional, serao correspondentes aos percentuais fixados para o ISS nos Anexos III, IV, V e VI da Lei Complementar nº. 123/2006, salvo se tais percentuais forem superiores as aliquotas vigentes no municipio para as demais empresas, hip6tese em que serao aplicaveis para as microempresas e empresas de pequeno porte estas aliquotas (Lei Complementar federal nº. 123, art. 18, em especial§§ 5º, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20 e 24, e Anexos III, IV e V).


§1º A exce9ao prevista na parte final do "caput" nao se aplicara caso a aliquota incidente para microempresa ou empresa de pequeno porte seja inferior a 2% (dois por cento), hip6tese em que sera aplicada esta aliquota.

§2º O Poder Executive estabelecera, quando conveniente ao erario ou aos controles fiscais, e na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), valores fixos mensais para o recolhimento do Impasto sobre Servi9os devido por microempresa que aufera



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

receita bruta, no ano-calendário anterior, até o limite fixado no § 18 do artigo 13 da LC federal nº 123/2006, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário (Lei Complementar federal nº 123, art. 18, §§ 18, 19, 20 e 21).

§3º Na hipótese do parágrafo anterior:

a) os valores estabelecidos não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo fixada para o contribuinte no Simples Nacional (LC federal nº 123, art. 18, §19);

b) a microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta previsto no § 18 fica impedida de recolher o ICMS ou o ISS pela sistemática de valor fixo, a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional (LC federal nº 123, art. 18, §18-A. na redação da LC 147/2014).

Art. 22. No caso de prestação de serviços de construção civil prestados por microempresas e empresas de pequeno porte, o tomador do serviço será o responsável pela retenção e arrecadação do Imposto Sobre Serviços devido ao município, segundo as regras comuns da legislação desse imposto, obedecido o seguinte (LC federal nº. 123, art. 18, § 6º, e 21, § 4º):

I - o valor recolhido ao município pelo tomador do serviço será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional;

II - será aplicado o disposto no artigo 24;

III - tratando-se de serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, da base de



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praca Pres, Caelo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177 —Alvorade do Sul, PR—  : pmas@onda.com,br

cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços (LC federal nº. 123/2006, art. 18, § 23) .

Art. 23. Na hipótese de os escritórios de serviços contábeis optarem por recolher os tributos devidos no regime de que trata o artigo 19, o Imposto sobre Serviços devido ao município será recolhido mediante valores fixos, devendo o Poder Executivo estabelecer forma e prazo desse recolhimento (LC federal nº. 123/06, art. 18, § 22, 22-B e 22-C, na redação da LC federal nº 128/2008).

§1º Na hipótese do "caput", os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I - promover atendimento gratuito relativo a inscrição e a primeira declaração anual simplificada do microempresendedor individual - MEI, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II - fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por elas atendidas;

III - promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por elas atendidas.

§2º Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o parágrafo anterior, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praca Pres, Castelo Branco, 32—fore: (43) 661-1177 -Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

Art. 24. A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, e devesse observar as seguintes normas (LC federal nº. 123/06, art. 18, § 6º, e 21, § 4º, na redação da LC federal nº 128/2008):

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte devesse ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, devesse ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar;

III - na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior a devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Parágrafo Único - Na hipótese de que tratam os incisos I e II do "caput", a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, as penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Art. 25 O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão técnico competente, estabelecerá os controles necessários para acompanhamento da arrecadação feita por intermédio do Simples Nacional, bem como do repasse do produto da arrecadação e dos pedidos de restituição ou compensação dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido (LC federal nº 123/2006, art. 21 e 22).

Parágrafo Único - No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor das normas tributárias relativas ao Simples Nacional, a Procuradoria Fiscal do Município deverá firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para manter sob seu controle os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial do Imposto sobre Serviços devidos por microempresas e empresas de pequeno porte (LC federal nº 123/2006, art. 41, § 3º).



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (13) 661-1177—Alvorada do Sul, PR—✉ : pmas@onda.com.br

Art. 26 Aplicam-se as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município, submetidas ao Imposto sobre Serviços, e optantes pelo Simples Nacional, no que couberem, as demais normas previstas na legislação municipal desse imposto (Sistema Tributário do Município), desde que não conflitem com as disposições do Simples Nacional.

§1º Aplica-se integralmente a legislação tributária municipal a microempresa ou a empresa de pequeno porte, submetida ao Imposto sobre Serviços, que, mesmo estando enquadrada no regime diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não seja optante do Simples Nacional.

§2º Igualmente, aplicam-se integralmente os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza a microempresa ou a empresa de pequeno porte que, mesmo estando enquadrada no regime diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não optou pelo Simples Nacional, desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidos para o benefício fiscal.

§3º As multas relativas a falta de prestação ou a incorrer no cumprimento de obrigações acessórias, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para o MEI, a microempresa ou a empresa de pequeno porte, terão redução de (LC 123/2006, art. 38-B, acrescentado pela LC 147/2014):

I - 90% (noventa por cento) para os MEI;

II - 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

§4º - As reduções previstas no parágrafo anterior não se aplicam na:



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - Fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

I - hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização;

II - ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

Seção II

Do Microempreendedor Individual - MEI

Art. 27 O Microempreendedor Individual - MEI de que trata o inciso III do artigo 4º recolherá os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional de forma especial, pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor e obedecidas as normas específicas previstas nos artigos 18-A e seguintes da Lei Complementar federal nº 123/2006 (LC federal nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso V, 18-B e 18-C, na redação da LC 128/2008, LC 139/2011 e LC 147/2014).

§1º Do valor mensal fixo recolhido pelo MEI, a parcela relativa ao ISS, caso o Microempreendedor Individual - MEI seja contribuinte desse imposto, será correspondente ao valor fixado pela Lei Complementar federal nº 123/2006, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês (LC federal nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso V, "c").


§2º Na vigência da opção pelo SIMEI é vedado ao município, em relação ao MEI:

I - estabelecer valores fixos (LC federal nº 123/2006, art. 18-A, § 3º, inciso I);



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Prar: Pres. Castelo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

II - conceder redução na base de cálculo ou isenção (LC federal n° 123/2006, art. 18-A, § 3°, inciso II);

III - conceder isenção específica para as microempresas ou empresas de pequeno porte que abranja integralmente a faixa de receita bruta acumulada até o limite fixado para o MEI (LC federal n° 123/2006, art. 18-A, § 3°, inciso III);

IV - estabelecer retenção de ISS sobre os serviços prestados por ele (LC n° 123/2006, art. 21, § 4°, inciso IV);

V - atribuir a ele a qualidade de substituto tributário (LC n° 123/2006, art. 18-A, § 14).

§3° - O Poder Executivo poderá estabelecer para o MEI cadastro fiscal simplificado, dispensar ou postergar sua exigência, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documento fiscal de prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa (LC federal n° 123/2006, art. 4°, § 1°, II, incluído pela LC federal n° 139/2011).

§4° Para a efetivação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município o único documento que poderá ser exigido, acompanhando o pedido de inscrição, será o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - MEI.

§5 Fica vedado às concessionárias de serviço público municipais o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica (LC 123/2006, art. 18-A, § 22, na redação da LC 147/2014).

§6° A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR – (e-mail: pmas@onda.com.br)

local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente (LC 123/2006, art. 18-D, acrescentado pela LC 147/2014).

Seção III

Dos Benefícios Fiscais

Subseção I

Do Benefício Fiscal Relativo ao ISS

Art. 28 O valor do Imposto Sobre Serviços devido pela microempresa, considerado o conjunto de seus estabelecimentos situados no Município, que, a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, venha a admitir e manter pelo menos mais um empregado regularmente registrado, fica reduzido dos percentuais a seguir, aplicados de forma proporcional à receita bruta anual auferida no exercício anterior:

I – 10% (dez por cento) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – 5% (cinco por cento) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

§1º Enquanto não ultrapassado o limite máximo de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), durante todo o exercício do incentivo, os contribuintes recolherão o Imposto com o desconto proporcional à receita bruta na forma prescrita no "caput".



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Preça Pres, Ca9:elo Branco, 32 -Fore: (43) 661-1177 -Alvorada do Sul, PR -e;|Wlt: pmas@onda.com,br

§2º O benefício total de redução de base de cálculo concedido nos termos deste artigo, bem como do artigo 29 e do inciso I do artigo 33 não poderá resultar em alíquota inferior a 2% do ISS devido no período pelo contribuinte.

Subseção II

Incentivo Adicional para Geração de Empregos

Art. 29 Como incentivo adicional para a manutenção e geração de empregos, o contribuinte enquadrado neste regime como microempresa, com receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, fica autorizado a deduzir do imposto devido mensalmente, por empregado regularmente registrado (Lei Complementar nº. 123/06, art. 18, § 20):

I - 1% (um por cento) por empregado adicional, até o máximo de 5 (cinco);

II - 2% (dois por cento) por empregado adicional a partir do 6º (sexto) registrado.

Parágrafo único. O benefício a que se refere este artigo não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido em cada período de apuração.

Subseção III


Dos Demais Benefícios

Art. 30. Sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 26, o pequeno empreendedor referido no inciso II do art. 4º e a microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, ficam beneficiadas pela redução de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

Art. 31. A microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, terá reduzida em 20% (vinte por cento) os valores das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante e de Licença para Publicidade.

Art. 32. A redução prevista no Inciso I do artigo 30 e no artigo anterior estende-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do artigo 2º.

Subseção IV Incentivo à Formalização

Art. 33 Até 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei, qualquer estabelecimento, que se formalizar perante o cadastro municipal e que gere e mantenha pelo menos mais 1 (um) emprego devidamente registrado, terá direito aos seguintes benefícios:

I - pelo prazo de 1 (um) ano a contar de sua inscrição no cadastro do Município, redução de 60% (sessenta) por cento do Imposto Sobre Serviços devido, caso seja contribuinte desse imposto, limitado à alíquota mínima de 2% (dois por cento);



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR — e-mail: pmas@onda.com.br

II — isenção das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

III — dispensa de qualquer taxa relativa ao seu cadastramento.

§1º Para os fins deste artigo, consideram-se informais as atividades econômicas já instaladas no Município, sem prévia licença para localização.

§2º Ficarão eximidas de quaisquer penalidades quanto ao período de informalidade as pessoas físicas ou jurídicas que desempenhem as atividades econômicas sujeitas a esta Lei e que espontaneamente, no prazo previsto no "caput", utilizarem os benefícios deste artigo.

§3º As atividades econômicas já instaladas que tenham incompatibilidade de uso, nos termos das leis municipais aplicáveis, poderão obter alvará provisório para fins de localização, desde que não sejam atividades consideradas de alto risco, nos termos dispostos em regulamento.

§4º O disposto nos incisos II e III deste artigo estendem-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do artigo 2º.

§5º O disposto no inciso I deste artigo aplica-se concomitantemente com o previsto no artigo 29, desde que não resulte valor inferior à aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

CAPÍTULO V

ACESSO AOS MERCADOS



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Prara Pres. Castelo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

Se9ao I

Disposi9oes Gerais

Art. 34 Nas contrata96es publicas sera concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promo9ao do desenvolvimento econ6mico e social no ambito municipal e regional, a amplia9ao da eficiencia das politicas publicas e o incentivo a inova9ao tecnol6gica (LC federal n°. 123/06, art. 47).

§1° Para o cumprimento do disposto neste artigo a administra9ao publica adotara as regras previstas na Lei Complementar n° 123, de 2006, constantes dos artigos 42

a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente (Lei Complementar n°. 123/06, art. 42 a 49, na reda9ao da LC 147/2014):

I - comprova9ao da regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato, mesmo tendo que apresentar toda a documenta9ao exigida coma condi9ao de participa9ao no certame;

II preferencia de corra'ta9ao em caso de empate, como disciplinado no artigo 44 da referida lei complementar;


III realiza9ao obrigat6ria de licita9ao destinada exclu'sivamente a participa9ao de microempresas e empresas de pequeno porte nas contrata9oes cujo valor seja de ate R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

IV possibilidade de incluir no edital exigencia de Subcontrata9ao de microempresa ou empresa de pequeno porte, em rela9ao aos processos licitat6rios destinados a aquisi9ao de obras e servi9os;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul/ PR –  : pmas@onda.com.br

V - reserva obrigatória de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em certames para aquisição de bens de natureza divisível.

§2º Nas seguintes situações de dispensa de licitação previstas nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93, as compras deverão ser feitas exclusivamente de microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006, art. 49, IV, na redação da LC 147/2014):

a) para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 15.000,00;

b) para outros serviços e compras de valor até R\$ 8.000,00.

§3º Os processos licitatórios exclusivos poderão ser destinados unicamente às microempresas e às empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais.


§4º Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48, § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).

Art. 35. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais *ou*



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

regionais, ainda que por ~~Lr~~ **intermédio** de consórcios ou cooperativas (LC federal nº. 123/06, art. 47).

§1º Para os efeitos deste artigo:

I - Poderá ser utilizada a licitação por item;

II - Considera-se licitação por ~~item~~ aquela destinada ~~a~~ **aquisição** de diversos bens ou ~~a~~ contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§2º Quando ~~nae~~ houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

Art. 36. Exigir-se-a na habilitação as licitantes nas aquisições de bens e serviços comuns, apenas o seguinte (LC federal nº. 123/06, art. 43 e 47).

I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II - inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

III - certidão negativa de débito municipal, do INSS e do FGTS.

§10 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

§2º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Calt.elo Branco, 32—Fone: (13) 661-1177—Alvorada do Sul, PR—e.ro.Mipmas@onda.com.br

em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogavel por igual periodo, a criterio da administra9ao publica, para a regulariza9ao da documenta9ao, pagamento ou parcelamento do debito e emissao de eventuais certidoes negativas ou positivas com efeito de certidao negativa (LC 123/2006, art. 43, § 1º, na reda9ao da LC 147/2014).

§3º A nao regulariza9ao da documenta9ao, no prazo previsto no paragrafo anterior, implicara decadencia do direito a contrata9ao, sem prejuizo das san96es previstas no art. 81 da Leirº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Adm.indsttra9ao convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classifica9ao, para a assinatura do contrato, ou revogar a licita9ao.

Art. 37. As necessidades de compras de generos alimenticios pereciveis e outros produtos pereciveis, por parte dos 6rgaos da Administra9ao Direta do Municipio, suas autarquias e funda96es, sociedades de economia mista, empresas publicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Municipio, serao preferencialmente adequadas a oferta de produtores locais ou regionais (LC federal nº. 123/06, art. 47) .

§1º As compras deverao, sempre que possivel, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessarias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade.


§2º A aquisi9ao, salvo razoes preponderantes, devidamente justificadas, devera ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 38. Sempre que possivel, a alimenta9ao fornecida ou contratada por parte dos 6rgaos da Administra9ao



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Preça Pres. Cestelo Branco, 32 -Fore: (43) 661-1177 -Alvorada do Sul, PR-  : pmas@onda.com.br

Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 39. Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolva produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 40. Na especificação de bens ou serviços a serem licitados, salvo razões fundamentadas, a exigência de "selo de certificação" deverá ser substituída por atestados de qualidade ou equivalente passados por entidades de idoneidade reconhecida (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 41. Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto as entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Parágrafo (mico. Para os fins deste artigo, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar convenios com as entidades referidas no "caput" para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação.

Art. 42. Em relação aos processos licitatórios destinados a aquisição de obras e serviços em que houver exigência de contratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte deve ser dada preferência as sediadas localmente, quando existentes, podendo, em caso contrário, serem ampliadas as estabelecidas na região (LC federal nº. 123/06, art. 47 e 48, II, e § 2º, e 49).



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Parana

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR – E-mail: pmas@onda.com.br

§1º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§2º O disposto no caput não é aplicável quando:

I - o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a proponente for consórcio ou sociedade de propósito específico, compostos em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 43. Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte (LC federal nº. 123/06, art. 47 e 48, II, e § 2º, e 49):

I - o edital de licitação estabeleceria que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município e Região;

II - deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

III - a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Preça Pres, Castelo Branco, 32 –Fore: (43) 661-1177 –Alvorada do Sul, PR –e;ro.ail: pmas@onda.com.br

IV -- demonstrada a inviabilidade de nova subcontrata9ao, nos termos do inciso III, a Administra9ao Publica podera transferir a parcela subcontratada a empresa contratada, desde que sua execu9ao ja tenha sido iniciada.

Art. 44 As contrata9oes diretas por dispensas de licita9ao com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Leirn° 8.666, de 1996, exceto quando houver obrigatoriedade nos termos do § 2° do art. 34 desta lei, deverao ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte locais, quando existentes em numero igual ou superior a 03 (tres), devendo, em caso contrario, serem ampliados as microempresas e as empresas de pequeno porte regionais (LC federal n°. 123/06, art. 47).

Subse9ao II

Certificado Cadastral da MPE

Art. 45 Para a amplia9ao da participa9ao das microempresas e empresas de pequeno porte nas licita9oes, o Municipio devera (LC federal n°. 123/06, art. 47):


I - instituir e ou manter cadastro pr6prio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na regioao de influencia, com a identifica9ao das linhas de fornecimento de bens e servi9os, de modo a possibilitar a capacita9ao e notiflcecao das licita9oes e facilitar a fformacao de parcerias e subcontrata9oes, alem de tambem estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletronicos de compras;

II - divulgar as contrata9oes publicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contrata9oes, no sitio oficial do municipio, em murais publicos, jornais ou outras formas de divulga9ao;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castello Branco, 32—Fone: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR —  pmas@onda.com.br

III - padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas;

IV - definir, até 31 de dezembro do ano anterior, a meta anual de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do Município.

Art. 46. Fica criado no âmbito das licitações efetuadas pelo Município, o Certificado de Registro Cadastral emitido para as micro e pequenas empresas previamente registradas para efeito das licitações promovidas pelo Município (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Parágrafo Único. O certificado referido no "caput" comprovará a habilitação jurídica, a qualificação técnica e econômico-financeira da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Art. 47 O disposto nos artigos 45 e 46 poderá ser substituído por medidas equivalentes de caráter regional, nos termos de convenio firmado para esse fim (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Subseção III

Estímulo ao Mercado Local

Art. 48 A Administração Municipal:


I - incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização;

II - regulamentará o disposto neste capítulo, podendo, com fundamento no artigo 47 da Lei Complementar federal 123/2006, estabelecer outras normas de preferência e incentivo, tais como:



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR –  : pmas@onda.com.br

- a) dar preferencia a aquisições de bens em leilões promovidos pelo Poder Público Municipal a microempresa e empresa de pequeno porte local;
- b) promover feiras livres volantes, destinadas a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios, assim como de produtos e artigos de uso doméstico e pessoal, que atendam a demanda da população;
- c) promover feiras noturnas e feiras gastronômicas destinadas a comercialização, a varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios, assim como de comidas típicas e atípicas que atendam a demanda da população;
- d) promover programas do tipo Direto da Roca e Mar destinado a comercializar diretamente hortifrutigranjeiros e pescados produzidos por produtores rurais;
- e) Promover feiras orgânicas, destinadas a comercialização, no varejo, de produtos orgânicos, sendo hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios e outros artigos de consumo produzidos pelo sistema orgânico de produção agropecuária;
- f) promover varejos municipais, destinados a venda a varejo de produtos hortifrutigranjeiros;
- g) Apoiar instituições e entidades de classe em ações voltadas ao incremento do comércio da microempresa e empresa de pequeno porte locais;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praca Pres. Castelo Branco, 32 -Fone: (43) 661-1177 -Alvorada do Sul, PR - CEP: 81.200-000 -E-mail: pmas@onda.com.br

III - manter, por meio da Sala do Empreendedor, programas de capacitação e orientação visando estimular a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas.

CAPÍTULO VI

FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 49. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento (LC federal nº. 123/06, art. 55, na redação da LC 147/2014).

§1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada a ocorrência de resistência ou embaraço à fiscalização.

§2º A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

§3º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, o mesmo formalizará Termo de Ajustamento de Conduta, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pelo estabelecimento.

§4º O disposto no § 1º aplica-se à lavratura de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas às matérias do caput, inclusive quando previsto seu



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR –  pmas@onda.com.br

cumprimento de forma unificada com matéria de outra natureza, exceto a trabalhista.

§5º A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração lavrado sem cumprimento ao disposto neste artigo, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação.

§6º Os órgãos e entidades da administração municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido por ocasião da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.

§7º O disposto no caput deste artigo não se aplica a infrações relativas à ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos.

CAPÍTULO VII

ASSOCIATIVISMO

Art. 50 A Administração Pública Municipal, por si ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, estimulará a organização de empreendedores fomentando o associativismo, cooperativismo, consórcios e a constituição de Sociedade de Propósito Específico formada por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável (LC federal nº. 123/06, art. 56).

Art. 51 O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município entre os quais (LC federal nº. 123/06, art. 56) :



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR – e-mail: pmas@onda.com.br

I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – cessação de bens e imóveis do município;

VII – isenção do pagamento de Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana, sob a condição de que cumpram as exigências legais da legislação tributária do Município.

Art. 52 A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros do CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, disponibilizados através da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas, na forma que regulamentar (LC federal nº. 123/06, art. 63).



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

Art. 53 Para os fins do disposto neste capítulo, o Poder Executivo poderá alocar recursos em seu orçamento.

CAPÍTULO VIII

ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 54. O Poder Executivo encaminhará à Câmara mensagem de lei específica que definirá a política municipal de estímulo à **Inovação** para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, considerando o disposto nos artigos 65 a 67 da Lei Complementar federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

§1º A política municipal de estímulo à inovação para as microempresas e para as empresas de pequeno porte mencionada no "caput" deverá atender as seguintes diretrizes, no mínimo:

I - disseminar a cultura da inovação como instrumento de aprimoramento contínuo para incremento da competitividade frente aos mercados, nacional e internacional;

II - assessorar a microempresa e a empresa de pequeno porte no acesso às agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de **Inovação** e instituição de apoio, federal ou estadual, para a promoção do seu desenvolvimento tecnológico;

III - promover a inclusão digital dessas empresas à rede de alta velocidade ou apoio para esse acesso;

IV - instituir premiação municipal aos promotores de inovações tecnológicas como reconhecimento público do esforço à inovação;

V - instituir programa de incentivo fiscal em relação às atividades de **Inovação** executadas por



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Getúlio Branco, 32 – Fone: (43) 661-1111 – Alvorada do Sul, PR – E-mail: pmas@onda.com.br

microempresas e empresas de pequeno porte, individualmente ou de forma compartilhada.

§2º Os órgãos e entidades integrantes da administração pública municipal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva **despesa** percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim (LC 123/2006, art. 65, §§ 2º e 3º, na redação da LC 147, 2014).

§3º Para efeito da execução do orçamento previsto neste artigo, os órgãos e instituições poderão alocar os recursos destinados à criação e ao custeio de ambientes **de Inovação**, incluindo incubadoras, parques e centros vocacionais tecnológicos, laboratórios tecnológicos, de ensaio, de pesquisa ou apoio ao treinamento, bem como custeio de bolsas de **exteriorização** e **remuneração** de professores, pesquisadores e agentes envolvidos nas atividades de apoio tecnológico complementar (LC 123/2006, art. 65, § 6º, na redação da LC 147, 2014).

CAPÍTULO IX

Do Estimulo ao Credito e Capitalização

Art. 55 Os órgãos e entidades competentes do Município estabelecerão política pública de acesso ao crédito que incorpore o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando as seguintes ações:

I - atuação pública junto aos bancos e demais instituições financeiras no sentido de dar efetividade às diretrizes previstas no Estatuto Nacional das



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - Fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar federal nº 123/2006 (LC federal nº 123/2006, art. 58 a 63);

II - apoio à criação e ao funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, sociedades de garantia de crédito, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou região de influência;

III - apoio ao funcionamento do Comitê Municipal de Crédito, constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da Sala do Empreendedor;

IV - criar ou participar de fundos destinados a constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte, junto aos estabelecimentos bancários, para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas;

V - ampla Informação, inclusive por meio da Sala do Empreendedor das linhas de crédito existentes, seu acesso e custos, linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício, etc.

§1º - Em relação ao inciso IV do "caput":

I - fica o Poder Executivo autorizado a associar o Município em associações de garantia de créditos, na qualidade de associado colaborador, desde



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Pra.,a Pres. Castelo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—✦✦ : pmas@onda.com.br

que a Associa9ao de Garantia de Credito esteja qualificada como uma Organiza9ao da Sociedade Civil de Interesse Publico - OSCIP, na forma da Lei (federal) n° 9.790, de 23 de mar90 de 1999, tenha em seu Estatuto a previsao de um Conselho de Administra9ao e mostre condi9oes de se autossustentar financeiramente, aLéfn de cumprir o disposto em Termo de Parceria que devera ser firmado com o Poder Executivo, nos termos previstos na Lei (federal) n° 9.790, de 23 de mar90 de 1999, onde se fixara a forma de execu9ao e as condi9oes de aplica9ao dos recursos;

II - o Fundo de Aval Garantidor ali referido:

- a) Devera ser criado por lei especifica e tera natureza contabil;
- b) será fiscalizado pelo Tribunal de Contas, sem prejuizo do controle interno e de auditoria que o Poder Executive adotar;
- c) as microempresas e empresas de pequeno porte poderao ser beneficiadas pelo Fundo de Aval Garantidor de forma individual, organizadas em sociedade de prop6sito especifico, associa9oes ou cooperativas.

§2° Em z-eLaçao ao inciso V do "caput" tarnbém serão divulgadas as linhas de credito destinadas ao estimulo a inova9ao, informando-se todos os requisitos necessarios para o recebimento desse beneficio.

Art. 56 Fica o Executive Municipal autorizado a celebrar convenios com o Governo do Estado e Uniao, destinados a coricessao de creditos a microempreendimentos do setor formal instalados no Municipio, para capital de giro e investimentos em maquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a ado9ao de inova9oes tecnologicas.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Pras;a Pres, Callelo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR— : pmas@onda.com.br

CAPITULO X

Da Educa9ao Empreendedora e do Acesso a Informa9ao

Art. 57 Fica o Peder Publico Municipal autorizado a firmar parcerias ou convenios com institui9oes publicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educa9ao

empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestao de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§1º. Estao compreendidos no ambito do "caput" deste artigo:

I - a implementa9ao de capacita9ao com foco em empreendedorismo;

II - a dd.vuLga9ao de ferramentas para elabora9ao de planos de neg6cios;

III - a disponibiliza9ao de servi9os de orienta9ao empresarial;

IV - a implementa9ao de capacita9ao em gestao empresarial;

V - a disponibiliza9ao de consultoria empresarial;

VI - programa de redu9ao da mortalidade dos microempreendedores individuais, das microempresas e das empresas de pequeno porte, objetivando assegurar maier sobrevida a estes empreendimentos;

VII - programa de incentivo a formaliza9ao de empreendimentos;

VIII - outras a9oes de carater curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas publicas e privadas, assim como a alunos de nivel medio e superior de ensino.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32 - Fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR - e-mail: pmas@onda.com.br

§2º. Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

§3º Compreende-se no programa a que se refere o inciso VII do § 1º:

I -- o estabelecimento de instrumentos de identificação e triagem das atividades informais;

II - a elaboração e distribuição de publicações que explicitem procedimentos para abertura e formalização de empreendimentos;

III - a realização de campanhas publicitárias incentivando a formalização de empreendimentos;

IV - a execução de projetos de capacitação gerencial, Inovação tecnológica e de crédito orientado destinado a empreendimentos recém-formalizados.

Art. 58 Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional, e capacitação no emprego de técnicas de produção.

Parágrafo único. Compreende-se no âmbito do "caput" deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica; a oferta de cursos de qualificação profissional; a complementação de ensino básico público e ações de capacitação de professores.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 +Fore: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR—(✉: pmas@onda.com.br

Art. 59 Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município as novas tecnologias da Informação e comunicação, em especial a Internet, e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do Município.

§1º. Caberá ao Poder Público Municipal regulamentar e estabelecer prioridades no que diz respeito ao fornecimento do sinal de Internet; valor e condições de contraprestação pecuniária; vedações à comercialização e cessação do sinal a terceiros; condições de fornecimento, assim como critérios e procedimentos para liberação e interrupção do sinal.

§2º. Compreendem-se no âmbito do programa referido no "caput" deste artigo:

I - a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet;

II - o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;

III - a produção de conteúdo digital e não digital para capacitação e informação das empresas atendidas;

IV - a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;

V - a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias;

VI - o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação e,

VII - a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – Fone: (43) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR – e-mail: pmas@onda.com.br

Art. 60 Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convenios ou parcerias com entidades civis publicas ou privadas e instituicoes de ensino superior, para o apoio ao desenvolvimento de associações civis sem fins lucrativos, que reünam individualmente as condições seguintes:

- I - ser constituída e gerida por estudantes;
- II - ter como objetivo principal propiciar aos seus partícipes, condições de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso;
- III - ter entre seus objetivos estatutarios o de oferecer serviços a microempresas e a empresas de pequeno porte;
- IV - ter em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes e,
- V - operar sob supervisao de professores e profissionais especializados.

CAPITULO XI

Das Relações do Trabalho

Seção I

~

Da Segurança e da Medicina do Trabalho


Art. 61 As microempresas serao estimuladas pelo Poder Público e pelos Serviços Sociais Autonomos da comunidade, a formar consórcios para o acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho (LC federal nº. 123/06, art. 50).

Art. 62 O Poder Público Municipal podera formar parcerias com outros municípios; sindicatos; instituicoes de ensino superior; hospitais; centres de saude privada; cooperativas medicas e centros de referencia do



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Caldeiro Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região, e por meio da Secretaria de Vigilância Sanitária municipal e demais parceiros, promover a orientação das micro e pequenas empresas em saúde e segurança no trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

Art. 63 O Município deverá disponibilizar na Sala do Empreendedor orientação em relação aos direitos e obrigações trabalhistas da microempresa e da empresa de pequeno porte, especialmente:

I - quanto à obrigatoriedade de:

a) efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

b) arquivar documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

c) apresentar Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP;

d) apresentar Relações Anuais de Empregados e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

II - quanto à dispensa de:


a) afixar o Quadro de Trabalho em suas dependências;

b) anotar as férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Caldeiro Branco, 32—Fone: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

c) empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

d) ter o livro intitulado "Inspeção do Trabalho" e,

e) comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 64 O Município deverá disponibilizar, na Sala do Empreendedor, orientações para o Microempreendedor

Individual - MEI no que se refere às suas obrigações previdenciárias e trabalhistas.

Seção II

Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 65 A Sala do Empreendedor orientará o empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte, de que lhe é facultado fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

CAPÍTULO XII

Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais

Art. 66 Em relação aos pequenos produtores rurais:

I aplica-se a isenção de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária municipal ao agricultor familiar, definido conforme a Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - OAP física ou



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Café Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul, PR—e-mail: pmas@onda.com.br

jurídica, e ao empreendedor de economia solidária (LC 123/2006, art. 4º, § 3-A, na redação da LC 147/2014);

II - o Poder Público Municipal poderá firmar parcerias com órgãos governamentais; instituir de ensino superior; entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais, que visem a melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos rurais, mediante orientação, treinamento e aplicação prática de conhecimento técnico e científico, nas atividades produtoras de microempresas e de empresas de pequeno porte.

§1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte ainda: sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implantação de projetos de fomento à agricultura, mediante geração e disseminação de conhecimento; fornecimento de insumos a pequenos e médios produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento, e o desenvolvimento de outras atividades rurais de interesse comum.

§2º. Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no "caput" deste artigo, pequenos e médios produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados por Comissão formada por três membros representantes de segmentos da área rural indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e, cuja composição será rotativa, tudo em conformidade com regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo Municipal.

§3º. Estão compreendidas também, no âmbito deste artigo, as atividades de conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que aperfeiçoem o uso de recursos naturais e socioeconômicos corretos, com o objetivo de promover a autossustentação;



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 – fone: (13) 661-1177 – Alvorada do Sul, PR – e-mail: pmas@onda.com.br

a maximização dos benefícios sociais; a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

§4º. Competirá a Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal, disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo.

CAPÍTULO XIII

Do Acesso à Justiça

Art. 67. O Município fica autorizado celebrar convênio ou termo de parceria com Poder Judiciário, OAB, instituições de ensino superior, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como instrumento facilitador da conciliação prévia, mediação e arbitragem na solução de conflitos e litígios envolvendo as relações privadas, com atendimento especial às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores Individuais - MEI.

§ 1º Para efeitos deste artigo:


I - será observada a Lei federal 9.307/96, que disciplina os processos jurídicos de mediação, conciliação prévia e arbitragem, fora do âmbito da justiça comum;

II - a empresa de pequeno porte, as microempresas e o MEI serão amplamente orientados quanto à exigência da cláusula compromissória arbitral como



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Prat;a Pres. Castelo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

dispositivo juridico previsto nos contratos que celebrarem para garantia do acesso a arbitragem;

III - tera carater de servi90 gratuito.

§ 2º A utiliza9ao dos institutos de concilia9ao previa, media9ao e arbitragem para solu9ao de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas sera estimulada mediante campanhas de divulga9ao e de esclarecimento.

CAPITULO XIV

DAS PENALIDADES

Art. 68 Aplicam-se aos impostos e contribui9oes devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, as normas relativas aos juros e multa de mora e de oficio previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em rela9ao ao ISS (Lei Complementar federal nº 123/2006, art. 35 a 38, na reda9ao da Lei Complementar 128/2008).

CAPITULO XV

DISPOSI9OES FINAIS

Art. 69 As empresas ativas ou inativas que estiverem em situa9ao irregular, na data da publi.ca9ao desta lei, terao 90 dias para realizarem o recadastramento e nesse periodo poderao operar com alvara provis6rio, desde que a atividade n9ao ofe9ze9a nenhum grau de risco, aferido pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 70 O registro dos atos constitutivos, de suas altera9oes e extin9oes (baixas), referentes a empresarios e pessoas juridicas no que se refere a competencia municipal ocorrerao independentemente da regularidade de obriga9oes tributarias, previdenciarias ou trabalhistas,



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praca Pres, Ca9:elo Branco, 32—Fore: (43) 661-1177 —Alvorada do Sul, PR—  : pmas@onda.com.br

principais ou acess6rias, do empresario, da sociedade, dos s6cios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuizo das responsabilidades do empresario, dos titulares, dos s6cios ou dos administradores por tais obriga9oes, apuradas antes ou ap6s o ato de extin9ao (Lei Complementar federal n° 123/2008, art.9°, §§ 3° ao 9°, na reda9ão da LC 147, 2014) .

§1° Os 6rgaos referidos no caput deste artigo terao o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§2° Ultrapassado o prazo previsto paragrafo anterior, sem mani.festa9ão do 6rgao competente, presumir-se-a a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.

§3° A baixa do empresario ou da pessoa juridica nao impede que, posteriormente, sejam lan9ados ou cobrados tributes, contribui9oes e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obriga9oes ou da pratica comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresarios, pelas pessoas juridicas ou por seus titulares, s6cios ou administradores.

§4° A solicita9ao de baixa do empresarLo ou da pessoa juridica importa responsabilidade solidaria dos empresarios, dos titulares, dos s6cios e dos administradores no periodo da ocorrencia dos respectivos fatos geradores.


Art. 71 As materias tratadas nesta Lei Complementar que nao sejam reservadas pela Lei Organica do Municipio a lei complementar podeza0 ser objeto de alteracao por lei ordinaria.

Art. 72 O Comite Gestor Municipal eLaborara relat6rio anual de avalia9ao da implanta9ao efetiva das normas desta



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castello Branco, 32—Fone: (43) 661-1177—Alvorada do Sul/PR— : pmas@onda.com.br

Lei Complementar, visando ao seu cumprimento e aperfeiçoamento.

§1º - O relatório a que se refere o "caput" deverá avaliar os seguintes aspectos:

- a) Integração das ações entre os entes governamentais e instituições públicas ou privadas com relação às ações efetivadas e programadas de desburocratização e de desenvolvimento, contidas nesta lei;
- b) política de formalização do Microempreendedor Individual MEI no Município;
- c) acesso às compras públicas;
- d) execução desta lei complementar e suas implicações no desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa no município - IDMPE;
- e) demais temas de interesse contidos nesta Lei Complementar.

§2º O relatório anual referido neste artigo será encaminhado pelo Poder Executivo para a Câmara de

Vereadores no 1º trimestre de cada ano.

Art. 73 Fica designado o dia 27 de novembro como "o Dia da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", neste Município, que será comemorado em cada ano, cabendo aos órgãos municipais, dentro de sua área de competência, em consonância com órgãos e entidades de interesse, promover o referido evento.

Art. 74 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:



Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul

Estado do Paraná

Praça Pres. Castelo Branco, 32 - Fone: (43) 661-1177 - Alvorada do Sul, PR -  : pmas@onda.com.br

I - a partir do primeiro dia do exercício seguinte os dispositivos relativos a renúncia fiscal adiante enumerado: artigos 28 ao 32;

II - a partir da publicação, os demais artigos.

Art. 75 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.481/2007.

EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL "SEBASTIÃO GONÇALVES DE MELLO",
DE ALVORADA DO SUL, aos dezessete dias do mês de outubro do
ano de dois mil e dezessete

MARCOS ANTÔNIO VOLTARELLI
PREFEITO MUNICIPAL

